

Domingo, 25 de fevereiro de 2024

Desânimo ou esperança? O que esperar da Negociação entre União e servidores que acontece essa semana

O ano de 2023 terminou de forma frustrante para os servidores públicos federais. Na última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada em 18 de dezembro, o Governo Federal (após seis meses de muita protelação) apresentou a sua resposta às demandas expostas no início do ano pelos servidores públicos.

A devolutiva do Governo Lula foi: reajuste 0% para 2024; 51% a 52% de aumento no auxílio-alimentação, no per capita da saúde suplementar e na assistência pré-escolar (aplicados a partir de maio de 2024) – índices muito aquém da isonomia reivindicada; apontamento de reajuste de 9%, dividido em duas vezes de 4,5%, para os anos de 2025 e 2026.

Está marcada para ocorrer, essa semana, a primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) de 2024. Já no início da tarde, por volta das 14h30, funcionários públicos e representantes de nove ministérios dialogarão sobre a campanha salarial dos servidores. Aberta desde o ano passado, a demanda por reajuste salarial foi unificada no início deste ano e já foi enviada à União. A reabertura do espaço é aguardada ansiosamente porque, na MNNP, podem ser debatidas pautas que não tenham impacto orçamentário, diferente das mesas setoriais.

As conversas foram paralisadas após, na última semana de 2023, a União ter informado às categorias que não daria reajustes salariais ao funcionalismo em 2024.

O retorno das negociações só foi possível porque, no final de janeiro, às entidades que representam os servidores do Executivo Federal chegaram a um consenso sobre um índice de reajuste a ser sugerido na contraproposta enviada à União sobre a correção salarial a ser dada em 2024. Os colegiados realizaram reuniões nas últimas semanas para unificar o índice.

Da contraproposta protocolada no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), cons-

tam dois blocos de recomposição salarial:

1. Reajuste de 34,32% dividido em três parcelas iguais de 10,34%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores federais que em 2015 firmaram acordos por dois anos (2016 e 2017)

2. Reajuste de 22,71% dividido em três parcelas iguais de 7,06%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores que em 2015 fecharam acordos salariais por quatro anos (2016 a 2019)

A proposta ratifica ainda o pedido de equiparação de benefícios (alimentação, creche e per capita de saúde) e de maior celeridade para as mesas específicas de negociação.

Na última reunião da MNNP, realizada em 18 de dezembro, a União formalizou sua proposta de reajuste de benefícios e reestruturação de carreiras. A proposta inclui a reestruturação de carreiras e o reajuste salarial para os próximos anos, totalizando 9% em duas parcelas iguais, a primeira em maio de 2025 e a segunda em maio de 2026. Esse ajuste resultaria em um acumulado total de 19,03% no período entre 2023 e 2026.

Para este ano, foi ofertada aos sindicatos presentes uma série de adequações nos valores dos benefícios concedidos aos servidores públicos. A União prevê elevar, a partir de maio, o auxílio-alimentação de R\$ 658 para R\$ 1 mil; a contrapartida dos planos de saúde de R\$ 144 para R\$ 215; e o auxílio-creche de R\$ 321 para R\$ 484,90. As mudanças representarão 51,06% de reajuste nos auxílios.

A expectativa do Sindsprev-PE é de que o Executivo mude o discurso de que não haverá incremento salarial neste ano. Até o momento, segundo a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, só haverá mudança de posicionamento se a arrecadação do governo for maior do que o previsto. Porém, acreditamos e defendemos que os servidores públicos federais devem sim ser tratados como prioridade nas contas públicas.